

jornal da tarde

Publicado pela S A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADU
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho
 Diretor de Redação
 Fernando L. Mesquita
 Editor Chefe
 Celso K. 110

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto
 Diretor Comercial
 Orlando Marques
 Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Ponto para o Brasil Velho

As universidades federais venceram, sem nenhum arranhão, a queda-de-braço que vinham travando com o governo federal há mais de três meses para não serem incluídas no programa de enxugamento da máquina administrativa. Num primeiro round, os reitores acertaram com o Ministério da Educação que não haveria demissões nas escolas: os cortes (Cr\$ 13,2 bilhões) abrangeriam as gratificações pagas aos professores e outras despesas de custeio. Em troca, comprometiam-se a "melhorar a produtividade" nas universidades, criando 126 mil novas vagas a partir de 1992, um terço para cursos noturnos. Na quinta-feira, no round decisivo, os reitores foram avisados pelo ministro Carlos Chiarelli que receberão uma suplementação orçamentária de Cr\$ 12,5 bilhões, verbas que eles estavam exigindo para cumprir as promessas que fizeram. Na prática, não houve economia nenhuma e as universidades se converteram no único setor a não dar qualquer contribuição para o controle do déficit público.

Aparentemente, se considerarmos a questão apenas do ângulo da péssima situação da educação no País e da baixa qualificação com que chega ao mercado a maioria dos profissionais brasileiros, a vitória dos reitores sobre os encarregados de tocar a reforma administrativa da máquina federal foi altamente positiva. Quanto mais dinheiro para a educação, melhor. Na realidade, porém, esse privilégio concedido às universidades é inaceitável e não vai servir em nada para melhorar o sistema educacional brasileiro. Ele só agrava as distorções já existentes.

As universidades federais não são um modelo de eficiência e competência; pelo contrário. Com raras exceções, mais por méritos dos alunos do que por qualquer influência das escolas, os graduados das escolas universitárias apresentam sérias deficiências profissionais, quase sempre necessitando de cursos de aperfeiçoamento ou de treinamento específico nas empresas antes de ingressarem no mercado de trabalho. A Ordem dos Advogados do Brasil há anos realiza uma prova para os bacharéis em Direito antes de conceder-lhes o registro profissional, como forma de preservar o exercício da advocacia. Em São Paulo, a Ordem dos Médicos está-se preparando para adotar a mesma prática.

E não é por falta de verbas que as universidades federais oferecem um ensino de tão baixa qualidade: elas consomem 82% de todas os recursos do Ministério da Educação, deixando apenas 18% para o ensino do 1º

e do 2º graus, embora só acolham 27% dos estudantes universitários em todo o País. O dinheiro abundante se perde no descalabro administrativo, no empreguismo e no corporativismo existente no professorado. Enquanto no Brasil a taxa média aluno/professor nas universidades federais é de oito por um, na França e na Itália é de um professor para 30 e 23 alunos, respectivamente. Se juntarmos os servidores burocráticos, a média brasileira passa a ser de um professor e/ou funcionário para cada 2,6 alunos! Enquanto um estudante de universidade federal custa em média US\$ 8.084 ao ano no Brasil, na Inglaterra ele custa US\$ 5.100 e no Canadá US\$ 3.975. Um outro dado alarmante: em nove anos, de 1981 a 1989, a folha de pagamento das universidades mais do que triplicou, passando de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 3,8 bilhões. E tudo isso sem que a qualidade do ensino tenha melhorado — muito pelo contrário — e sem que o número de vagas e cursos tenha sido substancialmente ampliado.

Essa concentração de recursos educacionais nas universidades é absolutamente anti-social. Por falta de verbas, as escolas públicas do 1º e 2º graus oferecem um ensino deficiente e incompleto, formando alunos despreparados para enfrentar o vestibular. O bom ensino básico está nas escolas privadas, que são frequentadas por quem pode pagar. Com isso, a universidade federal gratuita acaba sendo ocupada pela parcela mais rica da população, acentuando-se o perverso processo de concentração de renda no País. Há dinheiro para educar os mais ricos e faltam escolas para alfabetizar a população mais carente: há no Brasil hoje cerca de 4,7 milhões de crianças de 5 a 6 anos fora da escola. Um estudo do Tribunal Superior Eleitoral de dois anos atrás mostrou que cerca de 70% dos eleitores brasileiros são analfabetos totais ou analfabetos funcionais (sabem ler mas não conseguem entender o que estão lendo).

E é essa vergonha que o governo Collor e o ministro Chiarelli estão ajudando a perpetuar, dobrando-se às pressões dos reitores e professores das universidades federais. E se há uma coisa que deveria estar clara num mundo dominado economicamente pelo Japão — país sem nenhum recurso natural senão a qualidade do seu material humano — é que nenhuma reforma modernizadora tem sentido se não começar pela reforma do sistema educacional. Este foi o maior ponto marcado pelo Brasil Velho desde que se estabeleceu o governo Collor.